

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

O projeto do empreendimento **ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA**, a ser implantado na localidade de Camurim, no Município de Cascavel, é um empreendimento da iniciativa privada, de interesse da empresa **ÁGUAS BELAS HOTELARIA LTDA.**, CNPJ Nº 08.993.002/0001-30.

### 1.2. IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foram elaborados pela empresa GEOCONSULT Consultoria, Geologia e Meio Ambiente Ltda.

### 1.3. DESCRIÇÃO GERAL DO EMPREENDIMENTO

O Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referem-se ao plano de implantação de um complexo turístico em área total de 114,52 ha, situada no distrito de Caponga, município de Cascavel - CE.

Tal complexo turístico será composto por 05 condomínios multifamiliares e unifamiliares, 01 hotel, spa/clínica, restaurante, parque aquático, equipamentos destinados às atividades de recreação e de lazer dos condôminos como campo de golfe de 18 buracos e clubhouse, assim como equipamentos para os serviços de apoio necessários à manutenção de todo o complexo residencial.

A implantação e operação do empreendimento oferecerão várias oportunidades de utilização de mão-de-obra na região, com grande possibilidade de melhoria da distribuição de renda e desenvolvimento regional. Durante a fase de implantação o empreendimento ofertará postos diversos para a mão-de-obra voltada para a

construção civil, gerando empregos diretos e indiretos, refletindo positivamente sobre o setor de construção civil da área de influência funcional do empreendimento.

O empreendimento tem como premissas básicas à utilização racional dos recursos ambientais, de forma a aproveitar o potencial natural da área, com vista ao lazer.

A concepção do projeto de arquitetura, bem como os projetos de engenharia estão fundamentados na lógica da interação entre o homem e o espaço físico por ele edificado. A idéia principal do empreendimento é integrar o projeto arquitetônico/paisagístico de forma harmoniosa com os aspectos naturais locais, no sentido de minimizar as agressões ambientais, indo de encontro ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Foram realizados os estudos preliminares básicos, como levantamento planialtimétrico para delimitação da poligonal da área e caracterização morfológica de detalhe e estudos hidrogeológicos envolvendo a caracterização do aquífero e a possibilidade de abastecimento de água pelo manancial subterrâneo de forma sustentável.

De um modo geral, o projeto apresenta o *layout* de uso e ocupação do terreno, propondo uma ocupação racional e planejada em função dos objetivos do empreendimento, das características ambientais do local e das normas ambientais na esfera federal, estadual e municipal.

Serão instalados equipamentos de infraestrutura urbana como vias de acesso internas, rede de abastecimento de água, rede de esgotamento sanitário, rede de eletrificação e rede de telefonia, entre outros equipamentos que darão todo o suporte para desenvolvimento do projeto.

## 1.4. LOCALIZAÇÃO E ACESSO

A área do empreendimento situa-se na localidade de Camurim, Distrito de Caponga, município de Cascavel, litoral leste do Estado do Ceará.

A Figura 1.1 ilustra a localização da área do empreendimento no contexto do município de Cascavel e do Estado do Ceará.

O acesso à área do empreendimento partindo-se de Fortaleza (Figura 1.2) pode ser feito inicialmente pela BR-116 até o Anel Viário (12,6 km) o qual permite o acesso à rodovia CE-040 (3,5km) que faz o acesso direto até a entrada para a sede de Cascavel, num percurso de 64,0 km. Da sede toma-se uma estrada asfaltada que dá acesso a rodovia CE-138, e nesta toma-se uma estrada em revestimento primário que passando pela localidade de Camurim, num percurso de 13,0 km, leva a área do empreendimento.

A Figura 1.3 apresenta a situação cartográfica da área pleiteada para implantação do empreendimento.

A Figura 1.4 apresenta uma vista panorâmica da área do empreendimento.

## 1.5. ÁREA DO PROJETO

A área do empreendimento está situada na localidade denominada Camurim, no distrito de Caponga, compreendendo 04 (quatro) propriedades particulares, que perfazem área superficial total de 114,52 hectares e perímetro de 5.523,34m.

A poligonal de fechamento do terreno e seus vértices são apresentados na Figura 1.5.

A planta planialtimétrica, na escala de 1:5.000, encontra-se no Volume III – Anexos.

## 1.6. OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento tem como objetivo geral a exploração da atividade imobiliária, nos moldes do desenvolvimento sustentável, onde a exploração do ambiente com equipamentos residenciais e de lazer será feita de forma integrada e harmoniosa com a realidade ambiental e sócio-cultural local.

O objetivo específico do empreendimento é a ampliação dos investimentos da empresa requerente no setor turístico imobiliário do município de Cascavel, tendo por fim os retornos econômicos financeiros satisfatórios para a empresa e ao mesmo tempo gerar maior circulação de moeda no município, o que certamente irá gerar crescimento econômico e melhoria dos índices sociais para o município.

O empreendimento tem ainda como objetivos:

- promover o desenvolvimento econômico da região, tendo por base as aptidões naturais da área, que é a atividade turística;
- instalar um empreendimento turístico-residencial dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável;
- gerar empregos diretos e indiretos, contribuindo para a solução de questões econômicas e sociais do município de Cascavel; e,
- promover a circulação de moeda na região litorânea do estado do Ceará, o que refletirá em maior arrecadação tributária para os cofres públicos.

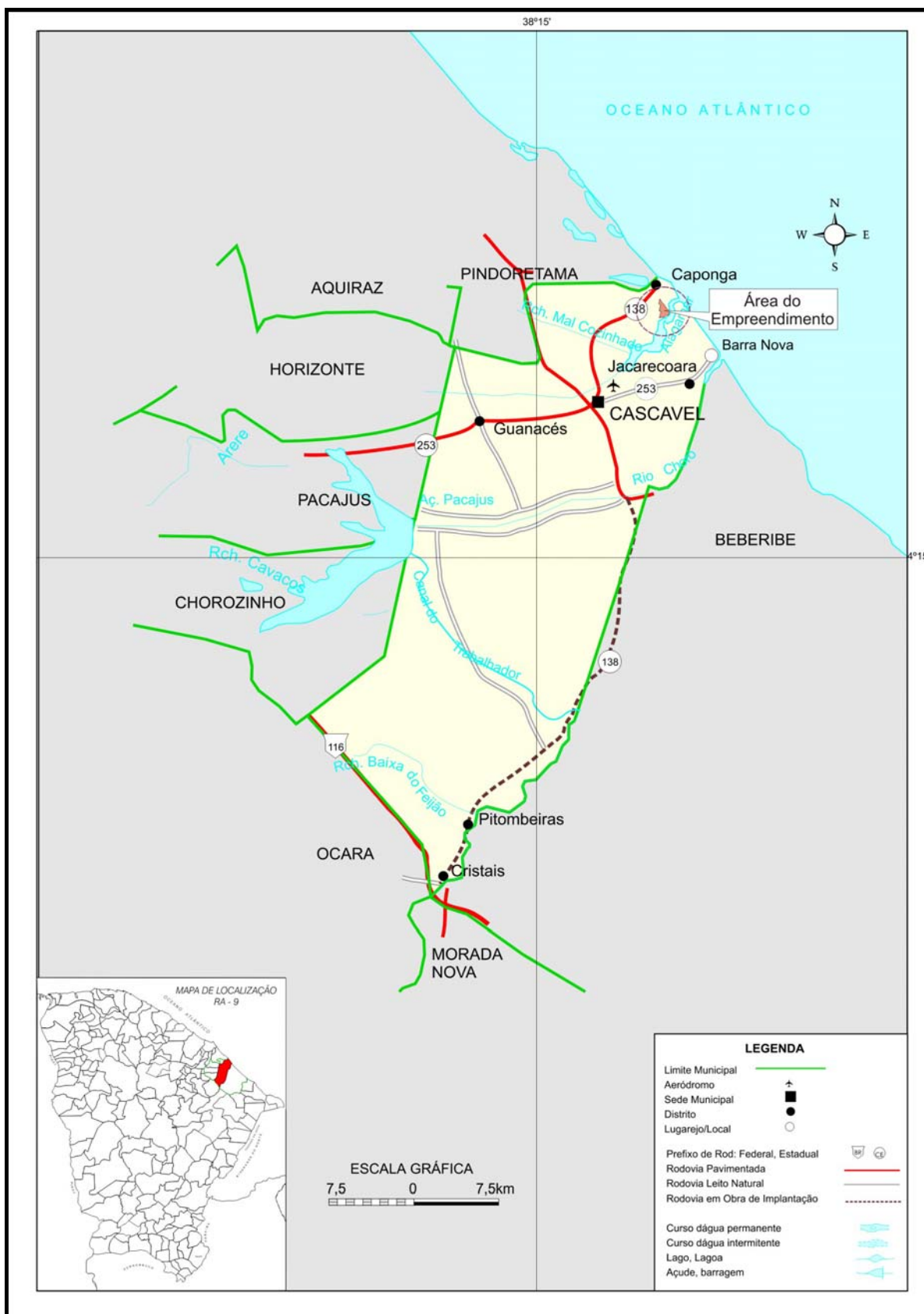
## 1.7. JUSTIFICATIVAS DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento se justifica pela necessidade que o estado do Ceará tem de explorar o seu litoral através de uma atividade que gere crescimento econômico para o município e para o estado e que reflita positivamente sobre os índices econômicos e sociais da população da sua área de influência, destacando que a política das instituições públicas voltadas para o desenvolvimento econômico, tem colocado o setor de turismo, dentre as perspectivas mais favoráveis para a geração de emprego e renda.

O projeto proposto mostra-se como mais uma oportunidade de investimento no setor turístico do estado do Ceará, uma vez que tem bom potencial, não só por favorecer significativo e atraente retorno sobre os investimentos, mas também, por servir como um modelo de planejamento a ser seguido, especialmente no litoral do estado do Ceará.

**Figura 1.1 – Localização da Área do Empreendimento**

ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA – CASCAVEL / CE



**Figura 1.2 – Acesso Regional à Área do Empreendimento**

ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA – CASCABEL / CE

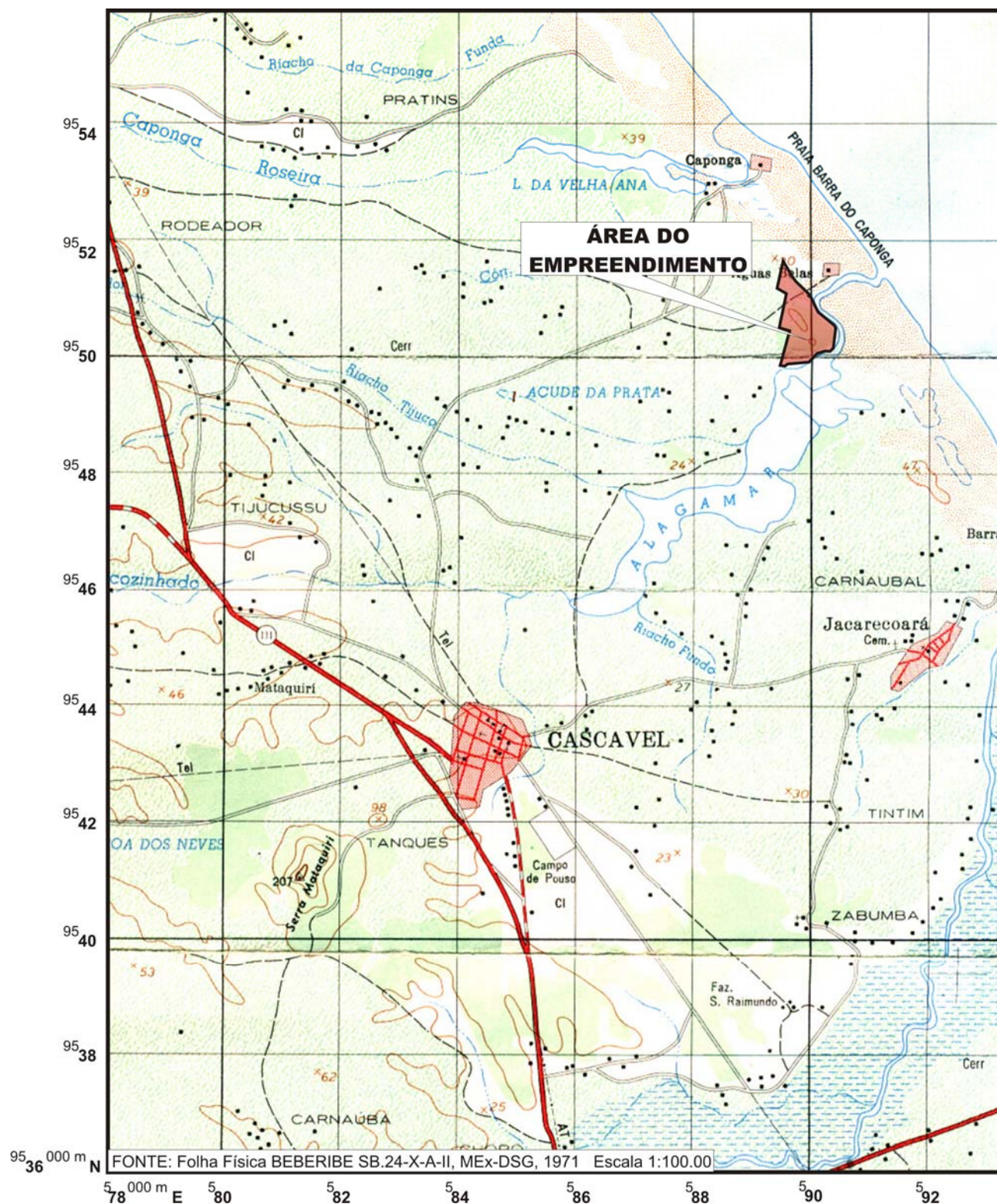


FONTE: Mapa Rodoviário do Estado do Ceará, SETECO/DERT, 2003 - ESCALA 1:750.000



**Figura 1.3 – Situação Cartográfica da Área do Empreendimento**

ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA – CASCAVEL / CE

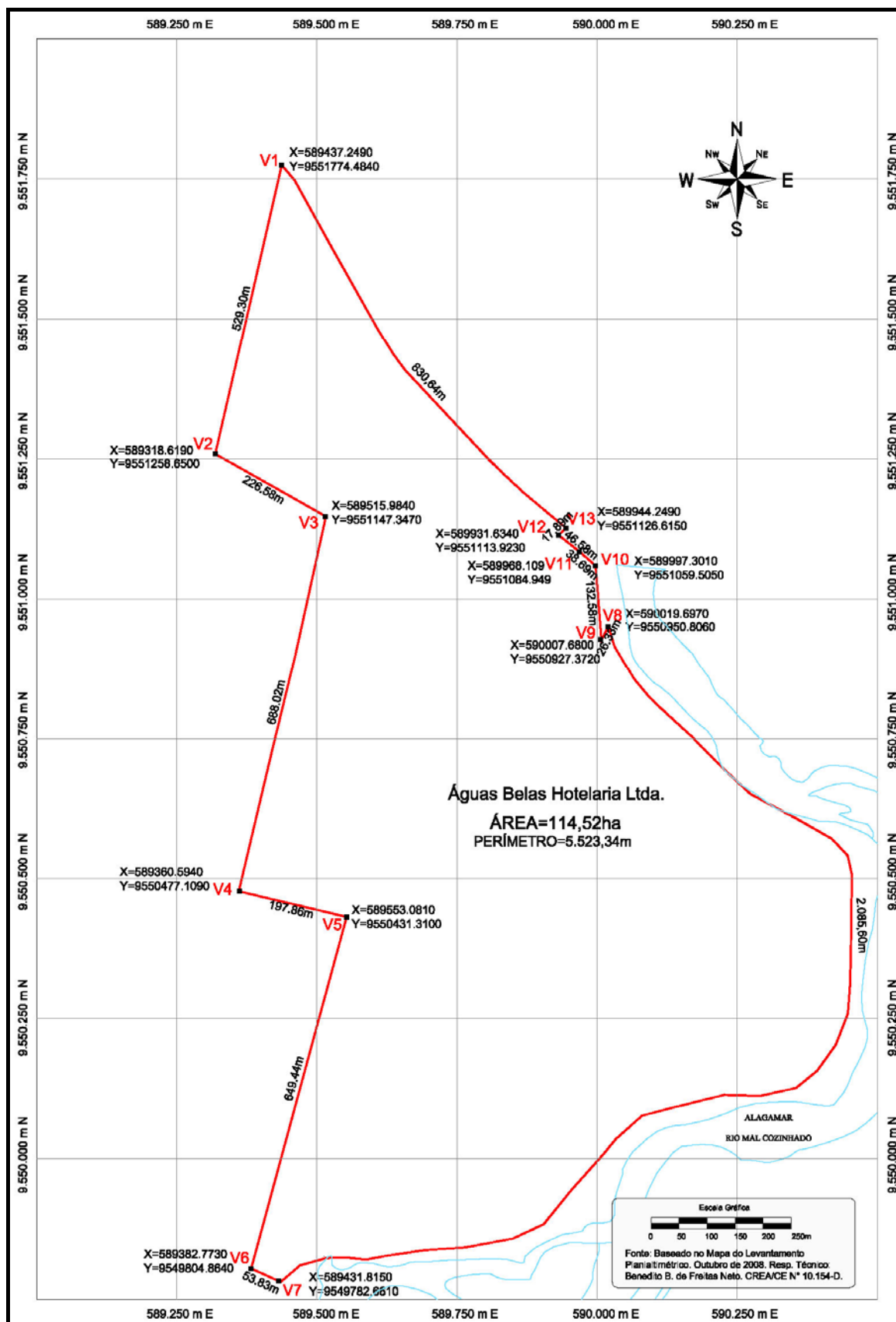




**Figura 1.4 – Vista Panorâmica da Área do Empreendimento**  
ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA – CASCAVEL / CE



**Figura 1.5 – Área do Projeto**  
**ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA – CASCAVEL / CE**



A posição privilegiada da área foi um importante fator que condicionou a escolha do local, pois a área apresenta grande potencialidade turística pela beleza do ambiente natural. Outro fator relevante é a existência de equipamentos de infraestrutura na região de entorno, destacando-se dentre outros as rodovias estaduais, além de rede de eletrificação e de telefonia, etc.

De acordo com as pesquisas de mercado, o local tem potencialidade e apresenta demanda para o modelo de empreendimento proposto, o que em termos econômicos justifica a implantação e operação do empreendimento na área escolhida.

O empreendimento justifica-se ainda pela necessidade que o município de Cascavel tem de oferecer infraestrutura de boa qualidade, com conforto e segurança e que seja atrativa com a oferta de residências de veraneio e equipamentos de diversão e entretenimento, para a permanência duradoura do visitante.

## **1.8. INFRAESTRUTURA BÁSICA EXISTENTE**

A área de influência direta do empreendimento não é servida por qualquer equipamento de infraestrutura básica.

Porém, a sede do distrito de Caponga, que fica a cerca de 9,0 Km da área do empreendimento, é beneficiada com estradas de acesso pavimentadas em asfalto, pedra tosca ou piçarra; rede de eletrificação e telefonia e serviço de limpeza urbana, que fica a cargo da municipalidade, sendo a coleta realizada em dias alternados com frequência regular. O abastecimento de água da sede do distrito é realizado através de poços artesianos ou cacimbas, destacando-se que esta não possui sistema de coleta de esgotos sanitários, sendo o lançamento dos efluentes domésticos feitos por meio de fossas individuais e particulares.

Em Águas Belas, que dista cerca de 1,0 km da área do projeto, as ruas são pavimentadas em paralelepípedo ou são em terreno natural; a localidade dispõe de rede de eletrificação e telefonia. O sistema de abastecimento d'água da localidade se dá através da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, que capta a água do

manancial subterrâneo e a bombeia para um reservatório superior para posterior distribuição a população, ou através de cacimbas ou poços artesianos particulares. A coleta de resíduos sólidos é realizada três vezes por semana por um caminhão coletor ou trator.

O acesso a sede de Caponga e Águas Belas, a partir da sede municipal de Cascavel, é realizado pela rodovia estadual CE-138. Destaca-se, porém que a área de implantação do empreendimento não é ligada por estradas diretas a estas duas localidades.

O acesso direto a área do empreendimento se dá através da localidade de Camurim, por meio de uma estrada vicinal em revestimento primário a partir da rodovia estadual CE-138. Relativamente à drenagem superficial, a via não conta com equipamentos de drenagem para escoamento das águas pluviais, dificultando o tráfego de veículos no período chuvoso.

O sistema de abastecimento d'água da localidade de Camurim é realizado através de água retirada de poços ou cacimbas. Na localidade não existe sistema público de coleta de esgotos; os efluentes domésticos são destinados para fossas e geralmente as águas servidas são lançadas a céu aberto nos quintais.

O sistema de limpeza pública da localidade de Camurim é realizado duas vezes por semana através de um caminhão coletor, sendo esse serviço de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cascavel.

## **1.9. ASPECTOS LEGAIS DO EMPREENDIMENTO**

### **1.9.1. Licenciamento Ambiental**

O processo de licenciamento ambiental do empreendimento foi iniciado em 28 de maio de 2008 com o requerimento a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE da Licença Prévia para um complexo turístico localizado em uma área de 77,83 hectares no distrito de Caponga, município de Cascavel – CE, de interesse da empresa **ÁGUAS BELAS HOTELARIA LTDA.**



Posteriormente, o órgão emitiu o Termo de Referência Nº 466/2008 COPAM-NUCAM para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Em virtude da aquisição de novos terrenos aumentando a área de implantação de 77,83 hectares para 114,52 hectares, houve mudanças no *Master plan* do empreendimento, e novos projetos e complementações dos estudos básicos de topografia, diagnóstico arqueológico e estudo hidrogeológico tiveram que ser realizados. Desta forma não procedeu-se a entrega do EIA-RIMA solicitado no Termo de Referência Nº 466/2008, o que acarretou o arquivamento do processo pela SEMACE.

Feitos os estudos necessários a nova concepção do empreendimento, em 27 de outubro de 2010 foi requerida a SEMACE a Licença Prévia para o **ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA**, a ser implantado em uma área de 114,52 hectares no distrito de Caponga, Cascavel.

A SEMACE emitiu em 09 de novembro de 2010 o Termo de Referência Nº 1.193/2010 COPAM-NUCAM estabelecendo os procedimentos e os critérios técnicos a serem adotados na elaboração do EIA-RIMA do empreendimento.

Em 09 de março de 2011 a Águas Belas Hotelaria Ltda. solicitou a SEMACE a prorrogação do prazo para entrega do EIA-RIMA para mais 90 dias.

O EIA-RIMA do **ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA**, consubstanciado neste documento, foi elaborado de acordo com a Resolução CONAMA Nº. 001/86, e seguindo as diretrizes do Termo de Referência Nº. 1.193/2010 COPAM-NUCAM visando a obtenção da Licença Prévia para o empreendimento.

### **1.9.2. Documentação do Terreno**

A área do empreendimento é composta por 04 (quatro) imóveis particulares, abaixo discriminados, que perfazem área total de 114,52 hectares.

- Imóvel com 77,83 ha referente a Matrícula Nº 5.238 registrada no Cartório Moura Facundo - 2º Ofício da Comarca de

Cascavel, de propriedade da empresa **ÁGUAS BELAS HOTELARIA LTDA.**

- Imóvel com 22,49 ha em processo de usucapião, com escritura de cessão de posse em nome da **ÁGUAS BELAS HOTELARIA LTDA.**
- Imóvel com 9,12 ha em processo de usucapião, com escritura de cessão de posse em nome da **ÁGUAS BELAS HOTELARIA LTDA.**
- Imóvel com 5,08 ha em processo de usucapião, com escritura de cessão de posse em nome da **ÁGUAS BELAS HOTELARIA LTDA.**

A documentação dos terrenos é apresentada na Documentação Pertinente, Volume III – Anexos.

### **1.9.3. Anuência Municipal**

A Prefeitura Municipal de Cascavel, no uso de sua competência concedeu anuência para fins de licenciamento ambiental ao empreendimento.

Segundo a referida anuência o projeto está em conformidade com a Lei Municipal Nº 1.014/00 – Lei de Uso e Ocupação do Solo, estando localizado em Zona de Expansão Urbana.

O atestado de Anuência da Prefeitura Municipal de Cascavel, conforme estabelece a Resolução CONAMA Nº 237/97, no seu art.10º, parágrafo 1º, como documento indispensável na fase prévia de licenciamento, encontra-se anexado ao processo de licenciamento ambiental na SEMACE.

### **1.9.4. Outorga de Água**

De acordo com o Artigo 10º, parágrafo primeiro da Resolução CONAMA Nº 237/98, no procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a outorga para uso da água, emitida pelo órgão ambiental competente.

Considerando-se que para o abastecimento de água do empreendimento serão utilizados os recursos hídricos subterrâneos através da exploração do aquífero, o empreendedor irá requerer junto à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, a Outorga de Uso da Água, em função das vazões previstas para o empreendimento, de acordo com a Lei Nº 11.996/92 - Lei da Política Estadual do Meio Ambiente e com o Decreto Nº 23.067/94, que dispõe sobre a regulamentação da outorga do

direito de uso dos recursos hídricos dominiais do Estado do Ceará.

Tão logo se tenha um parecer desta Secretaria, o mesmo será anexado ao processo de licenciamento ambiental.

### **1.9.5. Identificação e Delimitação dos Terrenos de Marinha**

A legislação de que trata a definição e delimitação dos Terrenos de Marinha baseia-se no Decreto Lei N°. 3.438, de 17 de junho de 1941. O Artigo 1º desta Lei reza que: são Terrenos de Marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente para a parte de terra, da posição da linha da preamar média de 1831: os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; e os que contornam as ilhas situadas em zonas onde se faça sentir a influência das marés (a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de cinco centímetros, pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano).

Na localidade em que se insere a área do empreendimento ainda não existe linha de preamar média de 1831 (LPM – 1831) demarcada oficialmente, nos termos do Decreto Lei N° 9.760/46. Dessa forma, a **ÁGUAS BELAS HOTELARIA LTDA.** requereu ao SPU, através da Gerência Regional de Patrimônio da União no Estado do Ceará, em 27 de novembro de 2008, através do ofício protocolado sob o número 04988.006973/2008-11 MP-SPU/GRPU-CE (apresentado na Documentação Pertinente, Volume III - Anexos), o parecer técnico acerca dos limites de marinha naquela propriedade e desde então aguarda o posicionamento do referido órgão. Tão logo se tenha este parecer, o mesmo será anexo ao processo de licenciamento ambiental.

Com relação ao terreno em estudo, pode-se apresentar a seguinte avaliação:

- 1°. O terreno não faz limite com a orla marítima.
- 2°. O terreno limita-se no setor norte com o manguezal do rio Malcozinhado e, portanto identifica-se uma pequena faixa de

terrenos de marinha conforme o Decreto-Lei N°. 3.438/41 e Decreto N°. 9.760/46.

- 3°. No trecho em questão, não existe demarcação dos terrenos de marinha pela Secretaria do Patrimônio da União, tendo por base a linha de preamar média de 1831.
- 4°. Considerando-se que não existe demarcação oficial do SPU, tomou-se como referência a linha de preamar média atual para demarcação dos terrenos de marinha e ou acrescidos.
- 5°. A faixa de terrenos de marinha na área de interesse foi delimitada medindo-se 33 metros a partir a linha de preamar média atual para o continente.
- 6°. O Ministério do Planejamento, através da Secretaria do Patrimônio da União não possui nenhum projeto para região em questão.

### **1.9.6. Áreas Legalmente Protegidas**

#### **1.9.6.1. Áreas de Preservação Permanente**

De acordo com a Lei N°. 4.771, de 15 de setembro de 1975, que institui o Código Florestal, com a Lei N°. 7.803, de 18 de julho de 1989 e a Resolução CONAMA N° 303/02, que estabelece conceitos e definições sobre reservas ecológicas e áreas de preservação permanente, a área do empreendimento abriga área de preservação permanente (APP), compreendendo:

- ↳ faixa marginal com largura de 100,0 metros, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, acompanhando o rio Malcozinhado;
- ↳ faixa marginal com largura de 30,0 metros, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, acompanhando o riacho sem denominação oficial ocorrente no entorno sul do terreno;
- ↳ toda a extensão do manguezal do rio Malcozinhado inserida na poligonal do terreno;

↳ duna fixa localizada no setor noroeste do terreno;

↳ raio de 50,0 metros ao redor da nascente existente no setor norte do terreno, bem como o raio da nascente localizada no entorno norte do terreno que projeta-se sobre a área do empreendimento, e;

↳ faixa marginal com largura de 30,0 metros ao redor da lagoa existente no entorno noroeste do terreno, que projeta-se sobre o mesmo.

Para a definição da faixa de proteção do rio Malcozinhado, foram medidas as larguras de vários trechos do rio nos setores em que ele tangencia a área do empreendimento. Desta forma, como as larguras foram mensuradas em 54,0 (mínimo) a 160,0 metros de largura no (máximo), foi delimitada a faixa marginal com 100,0 m conforme determina a Lei N°. 4.771/65, *artigo 2ª, alínea a, inciso III*.

No *Master Plan* do **ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA** está prevista a construção de 03 (três) trilhas de acesso ao rio Malcozinhado e 02 (dois) ancoradouros para pequenas embarcações que objetivam o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, o que necessitará da intervenção em APP.

Projeta-se também a implantação da tubulação para lançamento dos efluentes tratados no rio Malcozinhado.

A Resolução N° 369/2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP considera em seu Art. 11, intervenção ou supressão de vegetação, eventual e de baixo impacto ambiental, em APP:

“(…)”

*II - implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;*

“(…)”

*IV - implantação de trilhas para desenvolvimento de ecoturismo;*

*V - construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;”*

“(…)”.

No entanto, o Art. 1º da referida resolução rege que a intervenção em APP de nascente, manguezal e dunas originalmente providas de vegetação só poderá ocorrer em casos de projetos de utilidade pública ou para acesso de pessoas e animais para obtenção de água, conforme o parágrafo 1º, *in verbis*:

*§ 1º É vedada a intervenção ou supressão de vegetação em APP de nascentes, veredas, manguezais e dunas originalmente providas de vegetação, previstas nos incisos II, IV, X e XI do art. 3º da Resolução CONAMA N°. 303, de 20 de março de 2002, salvo nos casos de utilidade pública dispostos no inciso I do art. 2º desta Resolução, e para acesso de pessoas e animais para obtenção de água, nos termos do § 7º, do art. 4º, da Lei N°. 4.771, de 15 de setembro de 1965.*

Desta forma, atendendo a todas as prerrogativas da Resolução N° 369/2006, a SEMACE poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação, eventual e de baixo impacto ambiental, em APP do curso de água (rio Malcozinhado). Para isso, o empreendedor deverá apresentar a SEMACE o pedido de intervenção, a fim de que este órgão ambiental instaure procedimento autônomo para obtenção da autorização de intervenção de APP.

#### 1.9.6.2. Unidades de Conservação

Segundo a Lei N°. 6.938, de 1981, as Unidades de Conservação (UC's) correspondem a um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e podem ser criadas pelos governos federal, estadual e municipal. As UC's compreendem áreas de relevância ambiental dentro de determinadas regiões, quer seja pela representatividade robusta de um ecossistema, pela beleza cênica de um determinado local ou visando a sustentabilidade do uso destas.



No município de Cascavel existe uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Balbino, criada pela Lei Municipal Nº 479 de 21 de setembro de 1988, com área de 250,0 hectares.

Outra unidade de conservação existente na região, porém já no município de Aquiraz é a Reserva Extrativista do Batoque (RESEX do Batoque), criada pelo Decreto Federal de 5 de junho de 2003, abrangendo área de aproximadamente 601,0 ha.

A área do empreendimento não encontra-se inserida, nem mesmo limita-se com as referidas unidades de conservação. Localiza-se a cerca de 4,0 km da APA do Balbino e 6,0 km da RESEX do Batoque, conforme mostrado na Figura 1.6.

Segundo o SNUC, as unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural devem possuir uma zona de amortecimento, onde as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Sua dimensão é definida por estudos técnicos que levam em consideração as particularidades de cada Unidade de Conservação. Desta forma apenas a RESEX do Batoque deve possuir uma zona de amortecimento.

A RESEX do Batoque ainda não possui sua zona de amortecimento instituída e desta forma, o licenciamento de empreendimentos no seu entorno fica sujeito ao disposto na Resolução CONAMA Nº 428 de 17 de dezembro de 2010.

Segundo o Art. 1º, parágrafo 2º da supracitada resolução, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas.

Como a área do empreendimento localiza-se a 6,0 km, ou seja, a mais de 3,0 km da área da RESEX do Batoque, não se faz necessária a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação para implantação e operação do projeto na área pretendida. Tão pouco é necessária a autorização do órgão

responsável pela APA do Balbino, conforme dispõe a Resolução CONAMA Nº 428/2010, por se tratar de uma APA.

### **1.9.7. Patrimônio Arqueológico e Histórico-cultural**

Para o diagnóstico relacionado ao Patrimônio Arqueológico, a metodologia utilizada pela equipe do antropólogo Marcos Albuquerque da Universidade Federal de Pernambuco, foi orientada de modo a atender o que preconiza o Art 1º da Portaria IPHAN Nº 230, de 17 de dezembro de 2002, publicada no D.O.U. de 18/12/02, para execução de Estudo Impacto Ambiental, com vistas à obtenção da Licença Prévia.

A legislação federal aplicável ao patrimônio histórico-cultural protege os conjuntos urbanos, e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

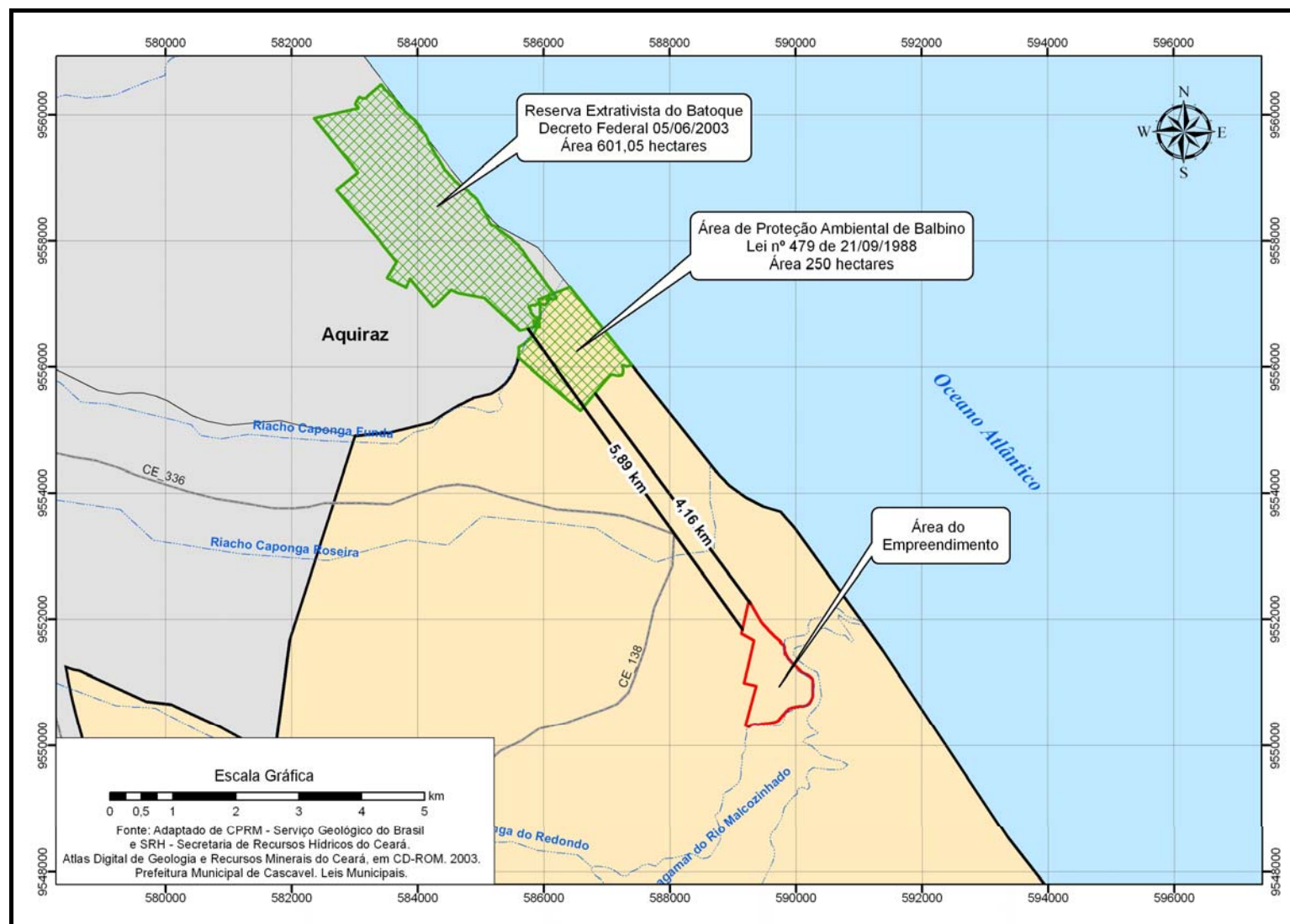
Segundo os estudos arqueológicos realizados, apresentados no Capítulo 8 – Diagnóstico Ambiental, do ponto de vista da presença de sítios arqueológicos, no âmbito da área de influência indireta, correspondente ao município de Cascavel, não foram encontrados registros de sítios arqueológicos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, da base de dados do IPHAN e tampouco na base de dados do registro de sítios arqueológicos - Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico (até 20/02/08).

A implantação do empreendimento não interferirá fisicamente em áreas urbanas nem em áreas em que estejam registradas edificações rurais oficialmente reconhecidas como de interesse histórico. Não se prevê, portanto, riscos em relação ao patrimônio arquitetônico.

Por outro lado, a área por onde se desenvolve o empreendimento corresponde a uma região de depósitos sedimentares, não atingindo, portanto, áreas propícias à presença de cavernas de interesse espeleológico relevante.

Segundo o trabalho desenvolvido em campo na área do empreendimento e seu entorno mais próximo não foram encontrados vestígios arqueológicos.

**Figura 1.6 – Situação da Área do Empreendimento em Relação as Unidades de Conservação da Região**  
**ÁGUAS BELAS GOLF RESORT & SPA – CASCAVEL / CE**



O IPHAN, através da Informação Técnica Nº 011/10/DITEC/CE (apresentado na Documentação Pertinente, Volume III - Anexos) aprovou o relatório realizado, ressaltando que o mesmo cumpre as determinações legais para concessão da Licença Prévia do empreendimento, subordinando a concessão da Licença de Instalação a apresentação e aprovação de um Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico e de um Programa de Educação Patrimonial.

### **1.9.8. Comunidades Tradicionais**

Na área do empreendimento e seu entorno não foram identificadas populações tradicionais conforme critérios previstos no Decreto Federal Nº. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

No tocante as comunidades indígenas, a área do empreendimento não localiza-se em terras indígenas, estando a mais próxima a cerca de 8,0 km da área, a Terra Indígena Lagoa Encantada, no município de Aquiraz, que encontra-se na Fase de Regularização Delimitada (com relatório antropológico e limites aprovados pela FUNAI), segundo o Mapa da Situação Fundiária Indígena (FUNAI, 2010).

Sobre as comunidades quilombolas, segundo dados disponibilizados no site do INCRA (última atualização em 28/10/2010) não constam títulos expedidos a comunidades quilombolas no município do Cascavel.

Segundo informações disponibilizadas também no site supracitado, existem no estado do Ceará 22 processos abertos para reconhecimento de comunidades quilombolas, mas nenhum deles no município de Cascavel.

## **1.10. PROJETOS E PROGRAMAS CO-LOCALIZADOS**

Os projetos governamentais instalados e/ou projetados no município de Cascavel são na sua maioria comuns e similares a todos os demais disponíveis para os municípios do Estado do Ceará como um todo.

Cascavel pertence, de acordo com o **Plano Plurianual 2008-2011** do Governo do Estado, a Macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe, para a qual foi designado um conjunto de Programas e

Projetos prioritários na área de turismo, desenvolvimento urbano, infraestrutura e social do Estado, discriminados a seguir:

01. Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos.
02. Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará.
03. Marketing Turístico.
04. Programa de Estruturação e Requalificação Urbana.
05. Saneamento Ambiental.
06. Programa de Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais.
07. Rodoviário do Estado do Ceará.
08. Programa de Desenvolvimento e Gestão de Políticas da Juventude.
09. Programa de Desenvolvimento Cultural.
10. Programa de Desenvolvimento do Agronegócio, da Pesca e Aquicultura.
11. Programa de Vigilância da Saúde.

Os Projetos Estruturantes propostos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cascavel – PDDU, dos quais nortearão o desenvolvimento do município nos próximos anos são:

- Urbanização das Localidades Litorâneas de Cascavel
- Organização da Feira de Cascavel
- Valorização do Patrimônio Histórico da Cidade de Cascavel
- Centro Cultural de Cascavel
- Aterro Sanitário
- Expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede Municipal
- Expansão do Sistema de Abastecimento d'Água da Sede Municipal

Quanto aos projetos privados, na área de influência indireta do empreendimento, existem principalmente pequenas propriedades agrícolas tradicionais da região, com plantios de sequeiro, contando ou não com pequenos criatórios de pequenos animais associados.

A infraestrutura turística hoteleira é bem modesta com algumas pousadas simples, ou acomodações em casas de nativos, hotéis de pequeno porte,



localizados próximo a desembocadura do rio Malcozinhado em Águas Belas.

Em Cascavel, encontra-se em fase de licenciamento ambiental o empreendimento

turístico Balbino Beach & Resort de interesse da empresa Aquapura Hotel Villas & Spa Ceará Ltda., situado na localidade de Balbino, distrito de Caponga.